

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Jéferson Schneider léque

**CURRÍCULO E GESTÃO EDUCACIONAL: VERIFICANDO
ESPAÇOS, POSSIBILIDADES E GARANTINDO O LUGAR DA
DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA**

São Lourenço do Sul, RS
2018

Jéferson Schneider léque

**CURRÍCULO E GESTÃO EDUCACIONAL: VERIFICANDO ESPAÇOS,
POSSIBILIDADES E GARANTINDO O LUGAR DA DIVERSIDADE CULTURAL NA
ESCOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientador: Belkis Souza Bandeira

São Lourenço do Sul, RS
2018

Jéferson Schneider léque

**CURRÍCULO E GESTÃO EDUCACIONAL: VERIFICANDO ESPAÇOS,
POSSIBILIDADES E GARANTINDO O LUGAR DA DIVERSIDADE CULTURAL NA
ESCOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovado em 30 de Junho de 2018:

Belkis Souza Bandeira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Eliane de Ávilla Colussi, Ms (UFSM)

Sueli Menezes Pereira, Dr. (UFSM)

**São Lourenço do Sul, RS
2018**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de uma forma ou outra colaboraram com minha caminhada acadêmica desde a graduação, bem como aquelas que me encorajaram a escolher a educação como profissão, eu diria mais do que profissão, pois enveredar pelos caminhos da educação é quase uma missão, uma tarefa árdua e, muitas vezes desestimulante, levando em consideração a desvalorização e o desrespeito que os profissionais da área recebem diariamente. Agradeço aos meus colegas, com quem partilhei muitas angústias e dúvidas. Hoje, celebramos mais esta conquista!

A minha orientadora Belkis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), muito obrigado pelas orientações e conselhos, hoje, se este trabalho foi concluído, tu tens uma parcela importantíssima em todo o processo de pesquisa, escrita e finalização.

Agradeço também a professora Paula Regina Costa Ribeiro, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), coordenadora do Grupo de pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) que fez com que o meu interesse pela temática da diversidade germinasse e tivesse frutos, professora, talvez tu nem saibas, mas fostes muito importante em toda a minha caminhada! Muito obrigado.

Por fim, agradeço a minha família e amigos e encerro com a promessa de que o próximo passo será o mestrado!

E, para não esquecer: FORA TEMER!

RESUMO

CURRÍCULO E GESTÃO EDUCACIONAL: VERIFICANDO ESPAÇOS, POSSIBILIDADES E GARANTINDO O LUGAR DA DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA

AUTOR: Jéferson Schneider léque
ORIENTADORA: Belkis Souza Bandeira

Nesta monografia investigamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), através de pesquisa de caráter qualitativo, epistemologicamente fundamentada na complexidade, que objetivou pesquisar a forma com que a temática da diversidade cultural é abordada em um dos principais documentos que regem o Sistema Educacional Brasileiro, bem como, traz reflexões sobre o papel da escola e dos profissionais que nela atuam na construção de indivíduos críticos e reflexivos conscientes de seu papel na sociedade. Tendo em mente a necessidade de uma educação voltada para a intercultural o trabalho busca contribuir para que os profissionais da área questionem as práticas pedagógicas e repensem seu papel dentro dos educandários do país. Baseados no respeito e na valorização da riqueza cultural existente em nosso país analisamos os PCN's e constatamos a preocupação de alguns governos com a temática, bem como as dificuldades em abordar o assunto enfrentada por grande parte das escolas brasileiras, observamos as formas de discriminação que permeiam nossa sociedade e as formas de enfrentá-las, transformando a escola em um lugar democrático. Por último abordamos o papel transformador que a gestão educacional pode ter dentro dos educandários brasileiros. Com a pesquisa constatamos a preocupação que alguns governos tiveram pela temática e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação. Adiantamos que uma educação intercultural é a chave para acabarmos com os equívocos e falhas da educação.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Intercultural. Parâmetros Curriculares Nacionais.

ABSTRACT

CURRICULUM AND EDUCATIONAL MANAGEMENT: CHECKING SPACES, POSSIBILITIES AND GUARANTEEING THE PLACES OF CULTURAL DIVERSITY IN SCHOOL

AUTHOR: Jéferson Schneider léque

ADVISOR: Belkis Souza Bandeira

In this monograph we investigated the National Curricular Parameters (NCPs), through qualitative research, epistemologically based on complexity, which aimed to investigate the way in which the cultural diversity theme is approached in one of the main documents that govern the Brazilian Educational System as well as reflections on the role of the school and its professionals in the construction of critical and reflexive individuals who are aware of their role in society. Bearing in mind the need for an intercultural education, the work seeks to help professionals in the field question pedagogical practices and rethink their role within the country's education. Based on the respect and appreciation of the cultural wealth existing in our country, we analyzed the NCPs and we note the concern of some governments with the theme, as well as the difficulties in addressing the subject faced by most Brazilian schools, we observe the forms of discrimination that permeate our society and the ways to confront them, transforming the school into a democratic place. Finally, we discuss the transformative role that educational management can have within Brazilian educators. With the research we note the concern that some governments had about the theme and the difficulties faced by education professionals. We emphasize that intercultural education is the key to ending the misunderstandings and failures of education.

Keywords: Cultural Diversity. Interculture. National Curricular Parameters.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise do discurso

GESE – Grupo de pesquisa Sexualidade e Escola

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da educação

MEC - Ministério da Educação

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PP – Projeto Pedagógico

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
2. DIVERSIDADE & ESCOLA	13
2.1 Preconceito e estereótipo	15
2.2 (Re)pensando os caminhos para a Diversidade cultural.....	16
3. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA A DIVERSIDADE..	20
3.1 Diversidade cultural: o ensino da temática na sala de aula.....	24
3.2 A pluralidade cultural no ensino fundamental.....	26
4. O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Atualmente, ouvimos falar muito sobre pluralidade cultural cuja a temática ronda todos os setores da sociedade, dentre eles, o educacional. Portanto, faz-se necessário uma reflexão sobre o que essa pluralidade significa, sobre como o tema interfere no processo de ensino-aprendizagem e sobre como os documentos que norteiam a educação em nosso país abordam o assunto.

Nesse cenário, faremos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) nosso objeto de reflexão, analisando a forma na qual a temática aparece no volume dedicado aos temas transversais do documento. Certamente uma série de questões podem ser levantadas a partir da análise dos PCN's, mas a problemática central que norteará nossa pesquisa é: de que forma a diversidade cultural é contemplada nos PCN's e qual o papel da gestão educacional para sua efetivação na escola?

Partindo da ideia de que uma democracia só é efetivada quando todos os membros da sociedade participam dos processos de tomada de decisões das instituições que representam a sociedade, consideramos de extrema importância dar mais visibilidade e espaço para o tema da cultura, incluindo esta temática nos currículos de nossos educandários, possibilitando uma participação mais efetiva da comunidade nos espaços educacionais.

É importante lembrarmos que milhares de pessoas morrem em nosso país todos os anos vítimas da violência, do preconceito e da falta de oportunidades que estão intimamente relacionadas com questões sociais. É preciso garantir que a temática da diversidade cultural saia do papel e receba a importância que lhe é devida.

A escola é sem dúvida uma das instituições mais importante da sociedade, ela é lugar de debate, de confronto de ideias, espaço de convívio de diversos indivíduos diferentes entre si. Neste contexto é necessário que nós, profissionais da educação, tenhamos cuidado para não repassarmos certos preconceitos que há muito estão camuflados no currículo escolar e, para tal, precisamos de uma análise séria dos documentos que norteiam o sistema educacional brasileiro e repensarmos nosso papel dentro desses educandários.

O objetivo geral da pesquisa é verificar como a diversidade cultural é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais e qual a contribuição da gestão educacional para sua efetivação nos educandários. Especificamente, buscamos identificar a forma que a temática é abordada no documento dedicado aos temas transversais nos PCN's; refletir sobre o papel da gestão educacional para a temática e entender os aspectos sociais que interferem na abordagem da temática.

O estudo tem uma abordagem qualitativa, a pesquisa é documental e os dados coletados nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Plano Nacional de Educação (PNE), o instrumento de coleta de dados é a análise do discurso (AD), pois de acordo com Caregnato e Mutti (2006) a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo e é formada por ideologia, história e linguagem, portanto o posicionamento do sujeito diante de um texto dependerá do contexto em que ele está inserido e as interpretações do texto vão além do que ele diz, pois o discurso e a sociedade sofrem influências entre si.

O trabalho é dividido em quatro capítulos, no primeiro veremos os procedimentos metodológicos que regem a pesquisa, no segundo a diversidade na escola com todas as suas implicações curriculares e para os indivíduos, as lutas contra o preconceito e as formas de resistência, no terceiro analisaremos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o quarto é destinado ao papel da gestão na escola e, por fim, as considerações finais.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Refletindo sobre o que Freitas e Vargens (2009) nos dizem quando salientam que o interesse sobre os currículos nacionais é compartilhado por todo o mundo e que não podemos compreender o surgimento dos PCN's sem relacioná-los com uma série de questões assumidas internacionalmente e com os desdobramentos internos a partir das leis que o apoiam, desenvolvemos o trabalho a partir da análise deste documento e das pesquisas de outros estudiosos sobre a temática, portanto, a pesquisa documental é fundamental. A pesquisa tem caráter exploratório e uma abordagem qualitativa, pois nela nos preocupamos em refletir sobre os discursos e os sentidos que a temática da pluralidade cultural recebe nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Utilizamos a pesquisa documental e como instrumento de coleta de dados a análise do discurso, pois conforme afirmam Caregnato e Mutti (2006), devemos ter em mente, quando empregamos essa técnica de coleta de dados, que a AD trabalha com o sentido do texto que muitas vezes é heterogêneo e está marcado pela ideologia e pela história, portanto, não descobriremos nada novo, mas faremos uma releitura e novas interpretações surgirão.

Exploramos o contexto em que se deu a criação dos documentos que norteiam a educação em nosso país e os interesses por trás dos mesmos, bem como a forma que os profissionais da educação foram/estão sendo preparados para abordar o assunto em sala de aula, pois entendemos que os professores – na condição de mediadores - são indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem na escola.

Pretendemos, com este trabalho, mostrar a importância que a temática possui para o Brasil, pois somos um país pluricultural, constituído por vários grupos étnicos que a partir de uma miscigenação originou as culturas e os povos que hoje compõem nossa sociedade, portanto, a temática é indispensável para a compreensão e valorização das culturas.

Para Antonio Carlos Gil (2002, p. 17):

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Tendo em mente que a pesquisa não esgota a temática pesquisada, pois pretendemos que ela contribua, acrescentando novas informações no que já foi estudado, suscite novas questões, contribuindo assim, para que haja uma melhoria na educação e no que diz respeito a questão da diversidade não só na escola, tendo em mente que essa questão extrapola os muros de qualquer educandário brasileiro.

2 DIVERSIDADE & ESCOLA

Desde o século XX as lutas por igualdade, seja de gênero, racial, orientação sexual, etc, são constantes e o Brasil tem evoluído muito em termos de políticas públicas que garantem o reparo, de dívidas históricas com muitos grupos étnicos que vieram para cá, em muitos casos contra a própria vontade. No entanto, se por um lado conquistamos muitos direitos, por outro enfrentamos barreiras enormes para pôr essas conquistas em prática. Nossa sociedade ainda é repleta de preconceitos e na escola as discriminações são constantes.

De acordo com o caderno de Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 9),

Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovem a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito.

Certamente mudanças são necessárias, e é fundamental rever práticas que há muito são empregadas e que, de certa forma, contribuem para o enraizamento da discriminação em nosso país. Gomez e Scopel (2006) dizem que nossa sociedade, desde sua formação, é construída por uma variedade cultural e étnica riquíssima e que esta diversidade deve ser contemplada no ambiente escolar, para que se reconheça a importância dessa diversidade para o país.

Vivemos em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, no qual as pessoas dos mais diversos lugares se comunicam graças as tecnologias que facilitam esse processo, mas nem sempre esse encontro é pacífico. Muitas são as formas de preconceito e discriminação que rondam os grupos denominados “minorias” em nossa sociedade.

Questões como gênero, religião, cultura, etnia surgem com força em todos os setores de nossa sociedade e a escola, como uma das mais importantes instituições de uma nação vê-se inserida nesse contexto, uma vez que os indivíduos julgam, condenam e não raramente matam uns aos outros por serem “diferentes”. Nesse sentido é fundamental que ela desempenhe um

papel social e transformador na formação de seus alunos, procurando abolir certos estereótipos e preconceitos. Durante nossas vidas, muitas vezes nos deparamos com situações de discriminação e na maioria das vezes fingimos nem notar.

A televisão, o mundo da moda e muitos outros setores valorizados socialmente e que estão presentes nos sonhos dos jovens, privilegiam os padrões europeus, em detrimento de elementos culturais que nos são próprios. O eurocentrismo está muito presente em nossa sociedade, tão presente que nem percebemos sua presença, pois está naturalizado ou fica camuflado atrás do glamour das passarelas, dos sonhos que as novelas despertam e dos desejos mais íntimos de cada cidadão.

Todos os dias no Brasil, pessoas são agredidas, humilhadas e em muitos casos mortas por causa da cor da pele, por seguirem tradições de seu povo, por serem elas mesmas. Nosso país é repleto de diversidade, fomos formados a partir de um longo processo de miscigenação de culturas, somos pluriculturais e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) garantem isso:

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (PCNs, 1997, p. 19)

Assim percebemos como a escola e os profissionais que nela atuam são importantes na construção de indivíduos que serão os futuros membros atuantes da sociedade, cabendo a ela o papel de construir ou reconstruir informações corretas e livres de preconceitos e estereótipos a respeito dessa diversidade cultural.

Neste contexto, os PCNs ainda nos dizem que:

Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O País evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por mitos que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta democracia racial. Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. (PCNs, 1997, p. 20)

Precisamos lutar por uma educação de qualidade, que contemple as etnias e esteja livre de estereótipos e preconceitos para que tenhamos uma

sociedade mais justa e livre da discriminação. Esse é o papel e o grande desafio da educação na atualidade: contribuir para a construção e formação de cidadãos conscientes, indivíduos capazes de corrigir os erros e falhas do passado, mas para isto é necessário desconstruirmos alguns processos presentes em nosso cotidiano como o preconceito e os estereótipos culturais, conforme veremos no próximo item.

2.1 Preconceito e estereótipo

Para Gomez e Scopel (2006), o preconceito se faz presente nas relações humanas desde os primórdios da humanidade e ao longo da vida, porque o ser humano vai incorporando ideias, valores, sentimentos que vão perturbando sua mente contribuindo para uma mudança no modo de pensar e viver que não é aceitável por todos, essa é a base do preconceito que denominamos estereótipo.

É comum que os indivíduos pertencentes a determinados grupos ao não terem contato com outros indivíduos que pertencem a outros grupos passem a acreditar que a sua forma de agir, ser e viver é a única possível e aceitável, fazendo com que não reconheçam as outras formas de viver como corretas.

Nesse contexto é importante ressaltar que:

É atribuído à sociedade do eu tudo o que for mais elaborado ou civilizado. Já a sociedade do outro é marcada pela reificação de ideias etnocêntricas [...] ele é percebido como um 'intruso' que trará desordem. Portanto, para evitar o possível caos, busca-se manter o status quo, para o que é necessário calar o outro. Mantendo-o excluído e dominado a fim de permanecer a ilusão do equilíbrio e da ordem vivida na ausência de diferença. (MENEZES, 2005 apud GOMEZ e SCOPEL, 2006, p. 5).

Dessa maneira, são criados conceitos com a finalidade de preservar a ordem estabelecida e manter os grupos considerados dominantes na sociedade com seus privilégios intactos, com seus padrões de normalidade e aceitabilidade, negando a existência e os direitos de quem não se encaixa nesses padrões preestabelecidos pela coletividade.

As diferenças entre os indivíduos não são vistas como positivas, como algo tolerável e aceitável, muito pelo contrário, elas são vistas com desconforto, com uma repulsa tão grande que faz com que as pessoas não enxerguem as características positivas daquela pessoa e passem a trata-la com ódio e

desprezo. A esse comportamento damos o nome de preconceito. O preconceito é uma opinião formada sem reflexão, sem questionamento e motivado pela intolerância. (GOMEZ; SCOPEL, 2006).

Ao longo dos anos pesquisadores de todas as áreas têm se dedicado a assuntos ligados as etnias, ao preconceito e as diversas formas de discriminação nas mais diferentes sociedades ao redor do mundo. Contudo, para que um dia tenhamos uma sociedade livre de qualquer forma de preconceito e discriminação é necessário que reconheçamos que tudo começa pela valorização da diversidade. Nesse contexto, surge a urgência de abordarmos a temática da diversidade cultural nas escolas, tendo em vista que o respeito pelas diferenças, pelas singularidades e pelas peculiaridades de cada indivíduo começa ali.

2.2 (Re)pensando os caminhos para a Diversidade cultural

Para o caderno de Gênero e Diversidade na Escola (2009) a cultura é um fenômeno humano que se refere a capacidade que os indivíduos têm de dar significados às ações e ao mundo que os rodeia. Não é um fenômeno individual, pois é partilhada por todos os membros de um determinado grupo. E, como sabemos, cada grupo de seres humanos, nos mais diversos períodos, atribuem significados diferentes a situações aparentemente semelhantes.

Nosso país é riquíssimo em diversidade. Somos formados pelas mais diversas etnias e possuímos uma diversidade cultural interna gigantesca e com muitas diferenças de uma região para outra. A língua, a dança, as crenças e a culinária por exemplo, são elementos que representam as características culturais de um povo, mas como lidar com essas questões em sala de aula?

Conforme o caderno de Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 23):

É importante lembrar que a diversidade cultural tem acompanhado a própria história da humanidade. É constitutivo das sociedades humanas apresentar um mecanismo diferenciador: quando o encontro de duas sociedades parece gerar um resultado homogêneo, em seu interior surgem diferenças significativas, que marcam as fronteiras entre os grupos sociais. Por outro lado, sociedades que estão em contato há muito tempo mantêm com zelo os elementos significativos de sua identidade.

Percebemos essas características no Brasil, entre elas as tradições seguidas no Rio Grande do Sul que são diferentes dos costumes do Rio

Grande do Norte que, por sua vez, diferenciam-se das seguidas em São Paulo por exemplo. Mas o que fazer quando estas diferenças se chocam? O que fazer quando uma única pessoa se vê inserida em uma cultura que não é a sua? Como agir quando esse choque de culturas acontece dentro de uma escola? Como os profissionais da educação estão sendo preparados para lidar com essas situações?

Para Nunes (2011), vivemos em uma sociedade marcada pela pluralidade de culturas e por formas variadas de compreensão de mundo, caracterizadas por processos de identificação grupal que se formam além de uma única ideia de cultura e da conseqüente assimilação por parte dos outros grupos. Nesse contexto, surgem as discussões sobre multiculturalismo que visam o reconhecimento da diversidade cultural, bem como o desaparecimento de qualquer forma de discriminação derivadas de diferenciações identitárias e culturais.

A escola é um espaço repleto de diversidade. Diariamente passam por suas salas de aulas e corredores inúmeros indivíduos, todos com suas características e simbolismos culturais adquiridos ao longo de suas vidas. Portanto, é necessário refletir sobre as práticas educacionais empregadas dentro da instituição e sobre o papel desempenhado pela própria escola.

Historicamente, a escola foi utilizada como instrumento veiculador de uma ideologia nacional e também da existência de uma cultura e uma identidade que remetem a uma determinada nação, mas partimos da ideia de que, em seu interior, existe uma infinidade de culturas, mesmo em um único país é possível termos uma variedade de culturas, pois a cultura é ampla e não se limita as fronteiras territoriais. (NUNES, 2011).

Inicialmente, a escola, foi construída para satisfazer aos interesses das camadas mais privilegiadas da sociedade, pois eles sentiram a necessidade de terem um espaço diferenciado para a formação dos seus filhos. Podemos entender a escola, nesse período, como um ambiente privilegiado e para poucos. Contudo, apesar das mudanças, a escola ainda continua sendo um espaço de ensino destinado a poucos.

Para Gomez e Scopel (2006), quando a sociedade é desigual e dividida em classes, a educação também é desigual, portanto, uma sociedade discriminatória tem uma educação discriminatória, pois a educação é o reflexo

das características da sociedade e no Brasil, desde os primórdios da educação, a escola é discriminatória, pois ela é destinada à classe dominante, contudo, não podemos dizer que é a escola que gera a divisão de classes, mas ela é formada pela sociedade de classes.

No Brasil, com o surgimento de indústrias e a concentração de pessoas nos grandes centros urbanos, a elite viu-se obrigada a preparar essas pessoas para terem o mínimo de instrução e servirem de mão de obra nas fábricas, logo, torna-se essencial que esses indivíduos frequentem a escola, que por sua vez passa a transmitir apenas o que é de interesse dessa elite burguesa, reforçando assim, a segregação social.

As diferenças sociais podem ser notadas nos espaços escolares, pois a escola está inserida em um contexto social que, por sua vez, pode ser um espaço privilegiado ou um ambiente de exclusão, mas não podemos negar que a escola, hoje, é um ambiente transformador, ela é uma instituição que tem o poder de mudar a realidade dos indivíduos que a frequentam, por isso, a necessidade de termos projetos pedagógicos voltados para a criação de práticas capazes de mudar a realidade das pessoas e contribuir para a formação de uma sociedade menos preconceituosa.

Para Espejo (2012), a luta entre a própria identidade e a que vem de um sistema transnacional parece ser a nova marca dos cenários latino-americanos resultantes do processo de globalização que afeta inclusive a educação. Para o autor um dos grandes desafios da educação na atualidade é propor um caminho participativo conciliando identidade cultural e diversidade, ou seja, a escola deve promover uma “cidadania intercultural”, em outras palavras uma democracia pluralista que inclua a diversidade cultural nos espaços escolares.

Para Fleuri (2003, p. 16-17):

Em todos estes movimentos sociais e educacionais que propõem a convivência democrática entre diferentes grupos e culturas, em âmbito nacional e internacional, assim como a busca de construir referenciais epistemológicos pertinentes, o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância entre o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural.

A educação intercultural é uma proposta educacional pautada no respeito ao próximo, na não discriminação, no respeito as diferenças sociais, culturais, étnicas, constituindo-se numa proposta democrática, que visa dar os

mesmos direitos e oportunidades para todos os indivíduos, sem diferenciações discriminatórias. A educação intercultural é utilizada em vários países e recebe, entre outras, as seguintes denominações: pedagogia do acolhimento, educação comunitária e educação para diversidade.

Para Fleuri (2003), o eixo central no campo das questões culturais e um dos principais problemas do nosso tempo, é o da possibilidade de respeitar as diferenças e integrá-las em uma unidade que não as anule. Essa preocupação é válida para toda forma de diversidade (cultural, étnica e de gênero) que está presente na escola e na sociedade, nos âmbitos nacionais e internacionais.

No Brasil, há a criação de leis que garantem o ensino das temáticas relacionadas com as culturas indígenas e africanas nas escolas, uma tentativa de valorizar e reparar séculos de preconceito que causaram prejuízos irreparáveis para esses indivíduos, ainda tão marginalizados. O próprio Plano Nacional de Educação (PNE) traz metas educacionais com a finalidade de contribuir para a reparação dessas falhas. O artigo 2º, inciso III do PNE (2014), nos diz que uma das suas diretrizes é a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

A sociedade, com todas as suas instituições, incluindo aqui a escola, fundamenta-se em valores que afetam todos os seus membros. Cabe a nós, enquanto educadores, refletirmos, avaliarmos e decidirmos de que forma nos posicionaremos diante das situações de desigualdades e exclusão que permeiam estas práticas sociais.

Devemos ter em mente que o papel da escola é formar pessoas capazes de exercerem seu papel social, como cidadãos conscientes e capazes de intervir, no sentido de combater as desigualdades existentes, alterando não só a própria história, mas contribuindo para uma mudança mais ampla, promovendo uma convivência pacífica e harmoniosa entre as diferenças. Neste sentido, a escola pode ter um papel privilegiado para a construção de práticas que visem a valorização das diferenças culturais, tendo inclusive, os parâmetros curriculares nacionais como aliados nesta construção como veremos no próximo capítulo.

3 PARÂMETROS CURRÍCULARES NACIONAIS PARA A DIVERSIDADE

As questões relacionadas com a pluralidade cultural criaram debates que mobilizaram vários setores, não se restringindo aos movimentos sociais e às universidades, ganhando destaque na mídia, na sociedade e no âmbito das políticas públicas. Na década de 90 o assunto foi bastante discutido, em âmbito nacional e internacional. O Brasil participou de várias reuniões e estas discussões repercutiram na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, fruto da parceria do Ministério da Educação (MEC) com universidades e pesquisadores dedicados a Educação. Mas, é importante ressaltar que o documento não é um modelo de currículo e sim uma referência para que cada instituição crie seu projeto curricular.

Um grande avanço apresentado no documento foi a criação dos Temas Transversais que incluíram as temáticas da diversidade cultural e trouxeram orientações para o ensino dos temas nos educandários do país.

Para Fleuri (2003), desde o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais que elegeram a diversidade cultural como uma das temáticas transversais da educação básica, o Ministério da Educação (MEC) reconheceu a importância e a relevância que o assunto possui no contexto da sociedade brasileira. Estes Parâmetros trazem uma nova proposta e, portanto, a renovação dos paradigmas científicos e metodológicos torna-se fundamental.

Os PCN's (1997) dizem que o objetivo do documento é auxiliar os professores no seu trabalho, fazendo com que as crianças dominem os conteúdos que necessitam para crescerem como cidadãos reconhecidos e conscientes do seu papel na sociedade, também aborda a importância que as temáticas relacionadas com a diversidade cultural, de gênero, sexual e ambiental têm na atualidade.

Precisamos entender que os PCN's não são documentos isolados, eles seguem a Constituição Federal de 1988, conforme mostra o artigo 205, o qual defende, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Podemos entender a cidadania como algo relacionado ao respeito, ao convívio harmônico entre os membros

de uma sociedade, como uma qualidade indispensável para o ser humano e que deve ser desenvolvida também na escola. Os PCN's também seguem a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB).

Nesse contexto é importante destacar que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (LDB, 1996).

A LDB chama a atenção para a necessidade de nos preocuparmos com as peculiaridades de cada escola, com a importância de valorizarmos as características de cada região, não só geograficamente, mas com as especificidades culturais dos alunos que compõem a escola para que, ao longo de sua formação, possamos contribuir com o desenvolvimento desses alunos de forma ampla. Os próprios PCN's reconhecem que o documento é flexível e que deve ser adaptado de acordo com a região em que a escola está inserida.

É importante ressaltar que:

Há muito se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caipira, caipira... Contudo, ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania. (PCN's, 1997, p. 15).

Os temas transversais abordam essas questões sociais enfatizando as heranças culturais de cada indivíduo que forma a sociedade brasileira, contribuindo assim, para a diminuição do preconceito e da discriminação, seja ela qual for, no contexto de toda a sociedade. O documento, nos faz perceber a relação das desigualdades socioeconômicas com as formas de discriminação que ocorrem no país.

É importante termos em mente que a diversidade cultural trata das características culturais adquiridas pelos grupos sociais ao longo de suas histórias e a desigualdade social é fruto do processo de dominação social e política de um grupo sobre o outro, porém, quando falamos em discriminação no país, não podemos compreendê-la se não olharmos para ela sobre esses dois ângulos, pois “as produções culturais não ocorrem fora de relações de poder: são construídas e marcadas por ele, envolvendo um permanente processo de reformulação e resistência.” (PCN's, 1997, p. 19). Por esse motivo,

podemos entender o Brasil como uma sociedade marcada pelos privilégios e, ao exaltar uma cultura estamos inferiorizando as outras, resultando assim, em atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Para os PCN's (1997, p. 20):

O que se almeja, portanto, ao tratar de Pluralidade Cultural, não é a divisão ou esquadrinhamento da sociedade em grupos culturais fechados, mas o enriquecimento propiciado a cada um e a todos pela pluralidade de formas de vida, pelo convívio e pelas opções pessoais, assim como o compromisso ético de contribuir com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa.

Tratar da temática da diversidade cultural nos educandários do país é valorizar nossas diferenças culturais, contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa, além de cultivar nos alunos, como membros da sociedade, uma visão ampla sobre as várias formas de se ver e enxergar o outro como um indivíduo que merece ser respeitado, independente da forma que ele seja, colaborando assim, para a diminuição do preconceito e da discriminação.

Não raramente, as escolas acabam transmitindo conteúdos, sem muita reflexão, carregados de equívocos e preconceitos, muitas vezes embutidos nos próprios livros didáticos – que já são alvos de críticas fundamentadas – por isso, é importante que tenhamos muito cuidado para não repassarmos esses erros para os educandos. Portanto, embora não seja tarefa somente da educação resolver o problema da discriminação, é papel da escola promover conhecimentos e atitudes que cooperem na transformação da atual situação. (PCN's, 1997).

Contudo, apesar de ter mais de vinte anos, a proposta de abordar a temática da diversidade cultural é recente e devemos reconhecer que ela traz dúvidas, incertezas e até mesmo dificuldades para as escolas em termos de propostas pedagógicas que sejam realmente eficientes para o processo de ensino/aprendizagem.

Nesse contexto é importante lembrar que:

No caso do Brasil, algumas iniciativas já tratam ou trataram da temática em projetos específicos e, em geral, pontuais. Há estudos desenvolvidos acerca de escolas indígenas, pesquisas acerca da situação dos afrodescendentes em escolas. Podem-se encontrar, também, algumas experiências inovadoras desenvolvidas em alguns Estados, de maneira geral vinculadas a movimentos de caráter étnico. Contudo, pouquíssimo se discutiu sobre uma proposta que falasse do

Brasil como um todo, em sua complexidade cultural, das relações que se estabelecem entre as diferentes culturas que convivem nesse território, concorrendo todas para a constituição e permanente reelaboração da identidade nacional. (PCN's, 1997, p. 23).

Entendemos que o processo migratório fez com que diferentes grupos passassem a conviver em um mesmo território e que, ao longo da história, um nacionalismo exagerado (principalmente em regimes autoritários) buscasse a criação de uma identidade nacional, criando um “cidadão ideal” que reunia as características consideradas mais adequadas para a sociedade de cada período. Nessa época a escola desempenhou um papel importantíssimo na construção desse indivíduo modelo, criando o mito das três raças, acreditava-se que o brasileiro era formado – exclusivamente – pela mistura do branco, do negro e do índio.

Nesse sentido é importante ressaltar que segundo os PCN's (1997, p. 26):

Essas influências marcaram profundamente a história da escola no Brasil, consolidando mentalidades e atitudes das quais freqüentemente o educador não se dá conta em seu cotidiano. Encontram-se manifestações discriminatórias entre alunos, educadores e funcionários administrativos. Esse quadro é particularmente perverso pelo que significa desrespeito ao aluno na situação direta de sala de aula.

A discriminação no ambiente escolar está intimamente ligada ao baixo desempenho de determinados alunos, que vítimas de preconceito, não desenvolvem o padrão esperado para o nível em que se encontram. Também é importante lembrar que os professores, muitas vezes, criam expectativas – boas ou ruins – em relação aos alunos classificando-os de acordo com os seus pré-conceitos.

No contexto dos PCN's (1997) fica claro que a escola está marcada por práticas culturais que estão historicamente enraizadas, bem como teorias que transferem a responsabilidade da escola, no processo de ensino-aprendizagem, para o aluno, e a limitação dos currículos e das formações dos professores. Algumas medidas estruturais para reverter essa situação passam pelo reconhecimento e pela valorização de características específicas e peculiares de cada região, como a valorização das etnias, do contexto próprio de cada escola, de seus professores e alunos. No próximo item veremos como a temática é abordada nas salas de aulas.

3.1 Diversidade cultural: o ensino da temática na sala de aula

Para pensar em diversidade cultural, no âmbito da sala de aula, partimos da ideia de interdisciplinaridade que a temática possui que, devido ao seu caráter histórico e social, abrange todas as áreas do currículo escolar. Sendo assim, a escola tem a possibilidade de abordar o assunto a partir de diversos pontos. Para os PCN's (1997) uma proposta pedagógica preocupada com a cidadania deve abordar as diversidades existentes na sociedade, baseadas em preceitos éticos. É a ética que norteia os educadores e a escola, portanto, faz-se necessário a criação de uma proposta que lute contra qualquer forma de preconceito e discriminação. A escola deve contribuir com a construção da democracia promovendo os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, diálogo e solidariedade, além de lutar pelo fim das desigualdades sociais.

Nas escolas as aulas de ensino religioso ainda são um assunto bastante polêmico, tendo em vista que o Brasil é um país laico e multicultural. Ministrando aulas, geralmente voltadas para a religião predominante na sociedade, é um assunto bastante questionável, tendo em mente que muitas guerras foram causadas justamente pela intolerância religiosa, pela tentativa de impor uma crença e não permitir que o indivíduo tenha a liberdade de escolha da crença que deseja seguir, o que também constitui-se como uma forma de discriminação.

Para os PCN's (1997), quando falamos em discriminação devemos ter em mente que um dos seus fundamentos psicológicos é o medo. É preciso entender também que a discriminação acontece com o choque de dois polos, um que discrimina e outro que é discriminado. Geralmente quem discrimina é movido pelo medo do diferente, da cor da pele que não é a sua, da cultura, dos costumes do outro, daquilo que lhe é estranho. Esse choque – acontece muitas vezes na escola – portanto, precisamos nos preparar para o assunto.

Nesse sentido é importante lembrar que:

No âmbito instrumental, o tema permite a explicitação dos direitos das crianças e dos adolescentes referentes ao respeito e à valorização de suas origens culturais, sem qualquer discriminação. Exige do professor atitudes compatíveis com uma postura ética que valoriza a dignidade, a justiça, a igualdade e a liberdade. Exige, também a compreensão de que o pleno exercício da cidadania envolve direitos

e responsabilidades de cada um para consigo mesmo e para com os demais, assim como direito e deveres coletivos. Traz, para os conteúdos relevantes no conhecimento do Brasil, aquilo que diz respeito à complexidade da sociedade brasileira: sua riqueza cultural e suas contradições sociais. (PCN's, 1997, p. 39).

Falar de pluralidade cultural, na sala de aula, é reconhecer e valorizar a história de todos os povos que contribuíram para a formação da nossa sociedade, é contribuir para o reconhecimento das origens dos próprios alunos que muitas vezes não se reconhecem nas imagens transmitidas pela grande mídia ou pelo próprio meio educacional que - como sabemos - é excludente.

Os PCN's (1997) garantem que a temática da pluralidade cultural exige revisão e transformação de práticas arraigadas, inaceitáveis e inconstitucionais, tendo em mente a pluralidade de origens, histórias e trajetórias do povo brasileiro e em território nacional. Este eixo temático, volta-se para a eliminação das causas do sofrimento, do constrangimento e da exclusão social de crianças e adolescentes. Traz a possibilidade da criação de propostas pedagógicas motivadoras, que ligam escola, comunidade e sociedade, ampliando o debate, trazendo-o para o contexto do próprio processo educacional, além de abordar as diversas formas de organização social desenvolvidas pelos diferentes grupos étnicos, promovendo a ideia de que a diversidade é fator de fortalecimento da democracia.

A temática precisa que a escola, como uma instituição voltada para a construção de sujeitos sociais, afirme seu compromisso com a cidadania e, coloque em análise suas práticas, suas relações, seus valores e as informações que veicula. Assim, o tema da pluralidade cultural contribuiria para o vínculo efetivo da escola com uma sociedade realmente democrática.

Acreditamos que através da educação podemos combater as discriminações existentes no país, pois é um espaço propício para a construção de um modelo de sociedade baseado no respeito e na igualdade, uma vez que, não devemos desconsiderar que a discriminação é um construto social, portanto, o grande desafio da escola hoje é tornar-se um espaço de resistência.

Para os PCN's (1997) a escola deve estar atenta para não transformar nenhum grupo étnico em algo folclórico e distante da realidade, para que quando falar sobre uma determinada comunidade, tenha certeza de que está

falando algo que realmente é reconhecido pelo grupo em questão, evitando assim, equívocos e a proliferação de mais estereótipos e preconceitos. É necessário fazer um intercâmbio entre a comunidade e a escola, dar voz para os alunos, pois o diálogo é uma ferramenta rica para a troca de informações culturais e o fortalecimento de atitudes democráticas.

Precisamos olhar para a escola como um ambiente privilegiado. Um espaço que abriga as inúmeras formas de ser um local que a diversidade deve circular e não pode ser espaço, de forma nenhuma, de discriminação. Precisamos, assim, fazer da escola um lugar onde “o diferente” se encontra, convive e aprende a respeitar a singularidade e a beleza que é a diversidade humana em todos os seus aspectos.

3.2 A pluralidade cultural no Ensino Fundamental

O tema diversidade cultural é amplo, portanto, fez-se necessário selecionar conteúdos com a finalidade de aproximar a temática com a realidade vivenciada pela maioria dos alunos brasileiros. É importante lembrar que os parâmetros curriculares são abertos e orientam que cada escola deve adaptá-lo de acordo com a realidade de seus alunos. Os critérios para essa seleção foram baseados na relevância sociocultural e política, no desenvolvimento de valores fundamentais para a construção da cidadania, do respeito e dos direitos humanos, possibilitando que os alunos compreendam e valorizem a diversidade cultural existente em nosso país.

Para os PCN's (1997) os conteúdos selecionados, apresentam-se na sociedade de uma forma integrada, interagindo de uma maneira ampla no contexto da cultura. Do ponto de vista didático, os conteúdos receberam um tratamento por blocos, que estão propostos em núcleos temáticos que se misturam e aplicam-se reciprocamente. Os conteúdos têm por objetivo propiciarem nos alunos a visão de um mundo amplo, fugindo daquele espaço imediato que estão acostumados e inseri-los em um ambiente mais amplo do que aqueles em que vivem.

A proposta dos Parâmetros para esse tema transversal busca o resgate de questões antigas como a divulgação de direitos civis, culturais e sociais, bem como as novas lutas dos movimentos sociais no que diz respeito a

valorização da diversidade, dos direitos adquiridos e dos que ainda estão sendo pleiteados pelos grupos veiculados aos direitos humanos que lutam por igualdade. Sabemos que apesar de todas as conquistas, temos um longo caminho pela frente, pois as lutas são muitas e a escola não pode negá-las. Mais do que nunca precisamos fazer da escola um espaço de resistência.

Para os PCN's (1997), do ponto de vista educacional é preciso partir de pontos que são familiares a todos os grupos culturais: educação, organização política e social, vida familiar, temporalidade e espacialidade. É preciso compreender que estamos abordando a singularidade do Brasil, tendo em mente que aqui se concentra uma população diversificada, portadora de culturas que são mantidas, no mesmo tempo em que é preciso debater as novas configurações de uma sociedade que está se modificando. Do ponto de vista didático, estamos falando em oferecer conteúdos que privilegiem a valorização da diversidade, o desenvolvimento da cidadania, o fortalecimento da identidade de cada aluno, contribuindo assim, para a criação de uma sociedade justa e que respeite as diferenças.

Se pensarmos na escola de hoje veremos que algumas temáticas são abordadas de uma forma que as lutas dos povos nativos, por exemplo, não sejam valorizadas. Os livros didáticos falam em escravidão, mas não abordam a escravidão do ponto de vista dos africanos escravizados, falam em “descoberta”, mas não sobre as brutalidades cometidas pelos conquistadores europeus aos povos nativos. É preciso voltar a atenção para o que esses acontecimentos significam para esses grupos e não, simplesmente, para o que significou para os europeus. Trata-se de reparar um erro histórico que causou e causa a discriminação de diversos grupos étnicos. É importante que os alunos tenham conhecimento desses fatos para que tenham a possibilidade de mudar o atual cenário do Brasil.

Como critérios de avaliação os PCN's (1997) apresentam os mesmos dos demais temas transversais: conhecer a existência de outros grupos culturais, reconhecer o seu direito de ser quem quiser; conhecer fatos, personagens e histórias marcantes para os diferentes grupos étnicos; conhecer a pluralidade existente ao seu redor; compreender a pluralidade como algo fundamental para a garantia da liberdade individual e coletiva; conhecer os princípios de um Estado democrático e contribuir para o fim da discriminação.

Os parâmetros ainda ressaltam que o documento é apenas o primeiro nível da concretização curricular, cabendo as escolas e aos profissionais que nela atuam elaborarem seus próprios currículos de acordo com a realidade de cada educandário, para que assim, o documento torne-se algo realmente efetivo na sua finalidade que é criar uma sociedade harmônica e livre de qualquer forma de discriminação.

4 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR

De acordo com Raquel Mattos Gil (2013) o processo de democratização da Gestão Escolar no Brasil iniciou na década de 1980, com o intuito de superar os obstáculos burocráticos na administração das escolas, principalmente nos níveis mais básicos do ensino, e reformular a gestão com o intuito de fortalecer a escola dando mais autonomia as instituições. Essa reorganização passou a exigir dos professores uma prática pautada no debate e no envolvimento da escola com a comunidade. Resumindo, buscava-se uma política educacional cujos procedimentos e princípios garantissem uma educação democrática e emancipadora.

Cada vez mais, a escola tem a função de transformar a realidade dos alunos, ela deve estar atenta às demandas sociais da comunidade em que está inserida, preocupando-se com o tipo de cidadão que está formando e encaminhando para a sociedade. Deve, sobretudo, ter suas práticas pautadas no respeito e na tolerância entre todos os indivíduos. Portanto, sobre o assunto Gil (2013) nos diz que não adianta somente eleger o diretor para que a democracia da escola se efetive, é necessário que todas as pessoas que formam a escola estejam realmente inseridas no processo de tomada de decisões da instituição para que de fato a escola proporcione um ensino de qualidade para os educandos.

Podemos entender uma escola de qualidade, na perspectiva de uma instituição transformadora, como aquela em que os professores e diretores são pessoas comprometidas com a valorização de práticas metodológicas voltadas para a formação crítica e reflexiva dos alunos, aquela em que a equipe escolar preocupa-se com as questões sociais que envolvem os alunos e a comunidade.

Gil (2013) destaca ainda que o papel do diretor na gestão da organização do trabalho na escola não deve se limitar aos aspectos financeiros e administrativos, ele precisa ir mais longe, é necessário que alcance o pedagógico, pois antes de ser um gestor, ele é um educador e a educação é a tarefa principal de qualquer educandário.

Freitas (2009) nos diz que as políticas públicas educacionais passaram a dar mais visibilidade a figura do diretor, principalmente na educação básica,

tornando-o uma peça fundamental para a melhoria da educação no país, especialmente a partir da Constituição de 1988 e do lançamento da LDB em 1996. Antes estes profissionais eram, não raramente, indicados por partidos políticos ou por pessoas com alguma ligação com autoridades ou alguém que exercesse uma função de destaque no governo.

Hoje, sabemos que muitos estados têm investido em programas para a formação de profissionais que já atuam ou que pretendem atuar na área da gestão, para preparar estas pessoas para um mercado de trabalho cada vez mais globalizado. Podemos destacar que estes profissionais precisam ter em mente a importância de seu trabalho em termos sociais, uma vez que o sucesso de uma escola depende do quanto os profissionais que nela trabalham se envolvem em todos os processos que permeiam a instituição.

No que diz respeito a temática da diversidade cultural, a gestão educacional desenvolve um papel de destaque para o ensino da temática, tendo em mente que o gestor precisa se preocupar com os aspectos pedagógicos da instituição, torna-se indispensável que ele, em parceria com todos os envolvidos no processo de tomada de decisões, inclua o tema no currículo, atente para estas questões na elaboração do Projeto pedagógico da instituição, traga o assunto para discussão, mostre-se interessado pela temática, incentive o diálogo, transformando assim, a realidade da sua escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e a sociedade, de uma maneira geral, passam por constantes e profundas transformações. Questões relacionadas aos aspectos culturais dos mais diversos grupos étnicos, bem como a discriminação e o preconceito sofridos por certos grupos de indivíduos tornam-se cada vez mais objetos de análise e reflexão, portanto, a escola tem um papel fundamental neste processo.

Com a pesquisa, percebemos que os Parâmetros Curriculares Nacionais, com relação a temática da diversidade cultural, têm como um dos principais objetivos a valorização de nossas inúmeras culturas, bem como o combate a qualquer forma de discriminação que comumente ronda nossa sociedade, inclusive adentrando nos espaços educacionais. Observamos também que alguns governos têm demonstrado preocupação com a temática, pois a vontade de criar um país mais justo e livre da intolerância é um item que consta em inúmeros documentos voltados à Educação como o PNE, a LDB, a própria Constituição Federal de 1988 e não podemos deixar de ressaltar que leis como a 10.639 e a 11.645 foram criadas para garantir que as temáticas indígenas e afro-brasileiras ocupem um espaço nos currículos nacionais.

O trabalho destacou o papel que a escola possui na formação de indivíduos críticos e reflexivos que se preocupem com as desigualdades sociais e as dificuldades enfrentadas por todas aquelas pessoas que sofrem com a discriminação por não se encaixarem nos padrões de aceitabilidade impostos pela sociedade. Destacamos também a importância de termos práticas metodológicas e currículos voltados para a cidadania e a construção de uma educação intercultural como um dos principais caminhos para a valorização e o respeito ao “diferente”.

Com a pesquisa, percebemos que os PCN's tratam a temática de uma forma com que toda sua complexidade seja respeitada e valorizada com as diferenças de cada região, bem como dá autonomia para os educandários elaborarem seus currículos de uma forma com que a diversidade se adeque a realidade dos alunos. Cabe a escola organizar-se e encontrar a melhor maneira de contemplar a temática. A escola deve questionar-se constantemente, pois o sucesso de suas práticas pedagógicas depende desse processo. Promover

uma educação intercultural, formar alunos críticos e cientes de seus papéis na sociedade é a grande contribuição e o grande desafio da escola na atualidade, para que tenhamos uma sociedade livre do preconceito e de práticas discriminatórias é essencial abordar a temática.

Não buscamos trazer verdades absolutas, tampouco, esgotar a análise sobre a temática, mas problematizar as questões que envolvem o tema com a finalidade de que novas questões surjam e a diversidade continue sendo objeto de pesquisa para que tenhamos uma sociedade realmente livre de qualquer forma de discriminação. Identificamos, também, que os PCN's salientam a importância de desconstruirmos a ideia da "identidade nacional" e, assim, possamos compreender e valorizar as inúmeras formas de ser dos indivíduos, respeitando as tradições e culturas de cada um sem julgamentos baseados no preconceito.

Reconhecemos a dificuldade que todos os profissionais da escola, especialmente os professores têm em criar currículos mais flexíveis, que contemplem a diversidade e estejam adaptados às peculiaridades de cada educandário quando nos são exigidos números para a construção de gráficos que mostrarão "o crescimento" da Educação no país.

Fazer uso da participação da comunidade, da autonomia da escola em um trabalho coletivo que vise resolver essa falhas no currículo com a (re)construção de um Projeto pedagógico que contemple toda essa diversidade e, de certa forma, corrija todas essas falhas no sistema educacional talvez seja um dos maiores desafios dos gestores na atualidade, pois envolve tempo, planejamento e muito diálogo com a comunidade.

Precisamos ter em mente que gestão educacional e currículo são dois elementos diretamente ligados, pois estão conectados com questões e interesses muito importantes para a sociedade. Questões que envolvem o tipo de indivíduo que estamos formando, o que estamos ensinando e o que deixamos de ensinar. É preciso refletir sobre o nosso papel, sobre o que está no currículo, sobre a maneira que o Estado controla os educandários e o nosso trabalho e qual é a verdadeira intenção dele no assunto. É necessário que tenhamos uma postura mais crítica e ativa sobre estas questões. Por fim, precisamos investir na formação continuada e incentivá-la, tendo em mente que se a educação é falha, é nosso dever, como educadores, tentar corrigir os

erros e colaborar com a construção de uma sociedade justa e que contemple toda a riqueza cultural existente em nosso território.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 03 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARAGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa:** análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto. Enfermagem*, v. 15, p.679-684, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000400017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 maio 2018.

ESPEJO, Juan Cornejo. **Educação, interculturalidade e cidadania.** Curitiba: *Educar Rev.* nº 43, jan/mar, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602012000100016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 maio 2018.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação.** Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, p.16-35 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n23/n23a02.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

FREITAS, Katia Siqueira de. **Gestão da Educação:** a formação em serviço como estratégia de melhoria da qualidade do desempenho escolar. In: Maria Couto Cunha. (Org.). *Gestão educacional nos municípios.* Salvador: EDUFBA, ed. 1, v. 1, p.165-195, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025-05.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

FREITAS, Luciana Maria Almeida de; VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros. **Pluralidade cultural nos parâmetros curriculares nacionais:** uma diversidade de vozes. *Pelotas: Linguagem & Ensino*, v. 12, nº 2, p.373-391, 2009. Disponível em:

<<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/80/52>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: editora Atlas S.A., 2002.

GIL, Raquel Mattos. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: Produções Didático-Pedagógicas. Curitiba: Cadernos PDE, v. 2, 2013. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_gestao_pdp_raquel_mattos_gil.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

GOMEZ, Mercedes Silverio; SCOPEL, Delza Tonole. **O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira**. Aracruz: Revista Educação e Tecnologia, ano 2, nº 1, abr/set, 2006. Disponível em: <http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2006_1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

NUNES, Flaviana Gasparotti. **Interculturalidade e o papel da escola na atualidade**: reflexões a partir do filme Entre os muros da escola. Campinas: Pro-Posições, v. 22, nº 3, p.113-129, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000300009&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 20 mar. 2018.